

**EXCELENTÍSSIMA SENHORA VEREADORA LUCIMAR PONCIANO LUZ,  
PRESIDENTE DA CÂMARA DOS VEREADORES DO MUNICÍPIO DE JACAREÍ,**

PROTOCOLO Nº 1224	TIPO: _____
DATA 10/12/18	ASS: <i>[assinatura]</i>
CAMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ	

**Processo de Contas Municipais**

**Autos nº 188/2009 (TC nº 3323/026/06)**

*Per sentença proferida  
aos autos e dar ciência  
aos nobres pares*  
Lucimar Ponciano  
Presidente *[assinatura]* 10/12/18

**MARCO AURÉLIO DE SOUZA**, melhor qualificado no instrumento de mandato anexo, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por seus advogados adiante assinados, em face do Ofício nº 061/11/2018, ofertar **MANIFESTAÇÃO ESCRITA** a respeito das prestações de contas referente ao exercício de 2006, conforme as razões adiante expostas.

**I. CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

Inicialmente, esclarece-se que o peticionário, na condição de ex-Prefeito do Município de Jacareí, recebeu, no dia 23/11/2018, os Ofícios nº 060/11/2018 e 061/11/2018, oportunidade em que tomou ciência do Decreto Legislativo nº 406/2018.

Referido Decreto, conforme cediço, revogou os Decretos Legislativos nºs 299/2009 e 300/2010, que haviam, então, rejeitado as contas anuais referentes aos exercícios de 2001 e 2006, anos em que o peticionário esteve à frente da Prefeitura Municipal de Jacareí.

A razão para tanto diz respeito à declaração de inconstitucionalidade do art. 28, inciso VII, alínea "b", da Lei Orgânica do Município de Jacareí:





**Artigo 28** - Compete privativamente

Câmara Municipal exercer as seguintes atribuições, dentre outras:

(...)

**VII** - tomar e julgar as contas do Prefeito, deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias de seu recebimento, observados os seguintes preceitos:

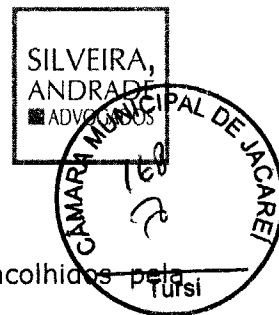
(...)

**b) decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias, sem deliberação pela Câmara, as contas serão consideradas aprovadas ou rejeitadas, de acordo com a conclusão do parecer do Tribunal de Contas;** (destaque aditado)

Ou seja, o dispositivo legal que permitia o “julgamento ficto” das contas municipais, em virtude do decurso de prazo de 60 (sessenta) dias relativo à Câmara Edil, foi alvejado, no bojo da ação direta de inconstitucionalidade nº 2189951-23.2016.8.26.0000, determinando-se novo julgamento dos exercícios em referência.

A fim de subsidiar o novo julgamento do processo de conta em testilha, vem o peticionário ofertar a presente manifestação escrita, ao fim da qual se demonstrará, de um lado, a incorreção do parecer exarado pelo E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo; de outro, a plena higidez das contas municipais alusivas ao exercício de 2006.

Por derradeiro, o peticionário esclarece que a presente manifestação versa tão somente sobre as contas relativas ao exercício de 2006, de modo que, em petição apartada, ofertará a defesa acerca das contas de 2001. No mesmo compasso, informa o peticionário de que a presente defesa cinge-se aos exatos termos deduzidos pelo parecer de lavra do E. TCE/SP, desfavorável à aprovação das contas de 2006; eventuais outros apontamentos realizados pelos órgãos pre-opinantes já foram superados à medida que esclarecidos pela



Municipalidade nos autos do TC nº 3323/026/06 e devidamente acolhidos pela referida Corte de Contas.

É o que se passa a ver.

**II. SÍNTESE DOS APONTAMENTOS DEDUZIDOS PELA CORTE DE CONTAS (TC Nº 3323/026/06)**

Conforme se denota dos autos, com relação ao exercício de 2006, a E. Corte de Contas opinou pela irregularidade das contas municipais por dois fundamentos: **(i)** suposta aplicação de apenas 23,9% das receitas relativas aos impostos na educação e **(ii)** aplicação de apenas 56,83% desses valores no ensino fundamental, em descompasso com o art. 212 da Constituição Federal e também com o artigo 60 constante do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

De acordo com o parecer final exarado pelo E. TCE/SP:

"(...) não há como acolher que despesas efetuadas a entidades assistenciais como subvenções sociais possam ser computadas como aplicação no câmputo do ensino, sobretudo porquanto a vedação a esse tipo de despesa está expressamente prevista no artigo 71, I, da LDB"

Não obstante o máximo respeito declinado ao entendimento acima consignado, impõe-se a aprovação das contas municipais de 2006, tendo-se em vista a inexistência de vícios capazes de comprometer a lisura do exercício em questão.

É o que se passa a demonstrar.





### III. DOS VALORES APLICADOS NA EDUCAÇÃO MUNICIPAL

#### III.1 - Do necessário cômputo dos valores destinados a entidades filantrópicas atuantes no ensino fundamental

De proêmio, cumpre consignar que o não atingimento do percentual constitucional de repasse à educação municipal decorre, em parte, das glosas indevidamente praticadas pelos órgãos técnicos e preopinantes do E. TCE/SP. Glosas que foram, sem razão, chanceladas no parecer final da Corte de Contas.

Merecedor, porém, de cômputo para a composição dos valores efetivamente dispendidos com a educação municipal é o montante de R\$ 496.677,60. Valor esse que foi objeto de glosa e que diz respeito as subvenções sociais concedidas as entidades filantrópicas **atuantes direta e precipuamente no ramo do ensino fundamental de crianças com necessidades especiais.**

O fundamento legal utilizado para fundamentar o referido entendimento exarado pela Corte de Contas corresponde ao artigo 71, inciso II, da Lei de Diretrizes e Bases (LDB):

Art. 71. Não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas realizadas com

II - subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural;

Com efeito, o mencionado dispositivo legal exclui do percentual alusivo ao ensino tão somente os valores dispendidos com subvenções sociais concedidas a "*instituições públicas ou provadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural*"; nada diz, contudo, acerca de subvenções sociais concedidas a entidades filantrópicas que atuam **direta e precipuamente na área do ensino fundamental (especial), tal como versam os presentes autos. Ou seja, a vedação imposta trata de situação diversa daquela existente na Municipalidade para o referido ano.**

Significa dizer, seguindo esse raciocínio, que tais despesas são legítimos investimentos públicos no setor educacional, partindo-se, portanto, do seguinte pressuposto lógico: o Poder Público, ciente de suas limitações, investe verbas provenientes de seu erário a entidades sem fins lucrativos para que estas, por sua vez, efetivem o devido investimento na educação pública municipal.

Outrossim, aplica-se às despesas em exame, em verdade, o inciso I do artigo 77, do mencionado diploma legal, que, em observância ao raciocínio acima colimado, legitima os recursos da educação destinados à entidades filantrópicas. Basta verificar a transcrição do dispositivo legal:

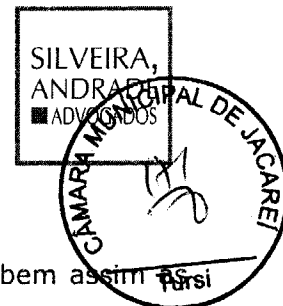
Art. 77. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, **podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas que:**

I - comprovem finalidade não-lucrativa e não distribuam resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto; (grifos aditados)

O desiderato da norma exarada pelo dispositivo acima é claro: facultar ao Poder Público, enquanto extensão de suas políticas educacionais, que proceda ao repasse de verbas públicas a entidades sem fins lucrativos para o reinvestimento na educação pública.

Exatamente por essa razão a própria Corte de Contas entende, nos termos do "Manual Básico – Aplicação de Recursos no Ensino", **que tais despesas são legítimos investimentos no ensino, e como tais devem ser contabilizadas para aferição do percentual total de repasse à Educação Pública:**

"subvenções a escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas que se enquadrem inteiramente nas condições dos incisos I e II do art. 213, da Constituição Federal, combinando



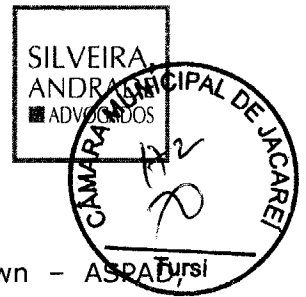
com o inciso IV, art. 77, da LDB, bem assim às  
cautelais do art. 26 da Lei de Responsabilidade  
Fiscal”

Nesse sentido, o já mencionado montante de R\$ 496.677,60 foi indevidamente glosado na apreciação das contas ora em exame, sob o insubsistente fundamento de que esse valor teria sido contabilizado sob a rubrica da Secretaria de Assistência Social e Cidadania, o que, assim alegou a Fiscalização, inviabilizaria a vinculação da despesa à rubrica do ensino.

No entanto, conforme parecer exarado pela SDG às fls. 437 dos autos pertencentes ao TC nº 3323/026/06, *“o fato das despesas terem sido contabilizadas na unidade orçamentária da assistência social não é fator impeditivo para a exclusão dos gastos”*. Ou seja, não há qualquer mácula que possa comprometer a lógica do raciocínio acima entabulado, fazendo-se de rigor o cômputo da quantia de R\$ 496.677,60 para a composição do percentual alusivo à verba repassada à educação municipal, tal como reconhecido inclusive pela SDG, o que por si só importa na homologação das contas prestadas.

O montante referido acima, conforme documentalmente provado nos autos do TC nº 3323/026/06, foi dividido da seguinte forma:

- i. R\$ 80.640,00 à entidade beneficente **JAM – Jacareí Ampara Menores**, que tem por finalidade institucional, nos termos do art. 3º de seu Estatuto Social, a realização de programas pedagógicos de cunho educacional em nível fundamental a crianças e adolescentes portadoras de necessidades especiais;
- ii. R\$ 46.226,40 ao Centro de Aprendizagem do Potencial Humano Evidenciando o Especial – Instituto Véras Jacareí, tratando-se de um instituto de projeção internacional criado para prestar todo tipo de tratamento a pessoas com lesões cerebrais – precipuamente crianças, incluindo, ademais, a educação fundamental de crianças que se encontram em tais condições;



- iii. R\$ 138.679,20 à Associação de Pais e Amigos de Down – ASPAD, entidade que tem como finalidade institucional, nos termos de seu Estatuto Social, a missão de integrar, promover e orientar pessoas com Síndrome de Down, por meio, sobretudo, de atividades sócio-educativas e pedagógicas
- iv. R\$ 231.132,00 à Associação de Criança Especial de Pais e Companheiros – CEPAC, entidade que tem como finalidade dar assistência psicossocial às pessoas portadoras de anomalias congênitas ou não, deficiências mentais ou físicas, incluindo o trabalho de atividades direcionadas ao desenvolvimento global do educando, sobretudo em áreas como a linguagem oral e escrita, matemática e educação física.

Todas as instituições acima colacionadas não possuem fins lucrativos e são qualificadas nos termos do já mencionado artigo 77, incisos I a IV, da LDB, com a devida observância, também, do art. 213 da Constituição Federal em seus incisos I e II.

Ademais, realça-se que tais entidades prestam serviços educacionais especialíssimos que a rede municipal regular de ensino, por suas limitações próprias, não é capaz de abordar. Nesses termos, **desconsiderar as subvenções a tais entidades enquanto verbas efetivamente investidas na educação significaria criar uma margem de exclusão às crianças e adolescentes portadores de necessidades especiais**, em desatenção às noções mais basilares de equidade e direito à educação.

Noções essas que foram alçadas ao estatuto de garantia constitucional, conforme artigo 6º da Constituição Federal:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.





No mesmo compasso, dispõe o art. 208, inciso III, também da Constituição Federal, que “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de (...) **atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino**”.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), por sua vez, reproduz, em seu art. 4º, inciso III, o texto constitucional, acrescentando ainda que o atendimento educacional às crianças portadoras de necessidades especiais será gratuito:

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou super dotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino;

A interpretação do dispositivo acima milita em favor da tese aqui defendida, segundo a qual o valor em comento seja computado como parte integrante dos gastos municipais efetivamente destinados sob a rubrica de educação.

Ademais, as parcerias formalizadas com as entidades mencionadas se deram por meio de convênios específicos, os quais objetivaram a consecução de ações filantrópicas orientadas ao desenvolvimento do ensino fundamental especial.

Nesses termos, tal como a acervada documentação carreada aos autos do TC nº 3323/026/06, demonstra-se patente a relação estreita entre os convênios firmados e o desenvolvimento educacional no Município de Jacaréí:

Convênio	Objeto
JAM – Jacaréí Ampara Menores	Desenvolvimento de um programa de educação especial com o objetivo de







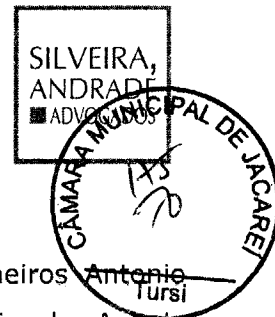
	atender alunos carentes, visando à ampliação do número de vagas em unidades de educação da municipalidade
Instituto Verás Jacareí	Integração de alunos do ensino fundamental portadores de lesão cerebral ou qualquer ordem de problemas neurológicos a programas sócio-educativos
Associação de Pais e Amigos de Down	Promoção da inclusão de alunos com Síndrome de Down na rede de ensino municipal
Associação de Criança Especial de Pais Companheiros - CEPAC	Promoção do programa de atendimento social, clínico e educacional a pessoas com necessidades especiais, com a realização de trabalhos pedagógicos às crianças de 3 a 14 anos

Estreme de dúvidas, portanto, a legitimidade dos investimentos descritos acima, fazendo-se de rigor a consideração desses valores para aferimento do investimento efetivamente realizado na educação municipal.

No mesmo compasso se verifica o remansoso entendimento sedimentado pela Corte de Contas:

"Aplicação no ensino: 25,27%; Despesas com pessoal: 57,07%; Déficit orçamentário: 06,59%. Ensino: incluídas despesas efetivamente aplicadas no setor educacional (PASEP e repasse de valores a APAE que atenderam ao ensino especial) (...) Reexame provido" (TC 1578/026/99, Rel. Edgard Camargo Rodrigues, DOE 05/04/2003)

"Considerando a instrução dos autos, o Tribunal Pleno, em sessão de 01 de abril de 1992, preliminarmente conheceu da consulta, e quanto



ao mérito, pelo voto dos Conselheiros Roque Citadini, relator, José Luiz de Anhala Mello, Eduardo Bittencourt Carvalho, Edgard Camargo Rodrigues e do Substituto de Conselheiro Luiz Olavo de Macedo Costa, deliberou responde-la no sentido da **possibilidade da inclusão de gastos com escola de primeiro grau da APAE no percentual dos 25% destinados ao ensino**, desde que os recursos destinados tenham suas aplicações demonstradas e desde que o Município não deixe de aplicar recursos na escolas públicas, por entender que a Constituição Federal ampara o desenvolvimento do deficiente, ao dispor no inciso III, do artigo 208, que é dever do Estado garantir atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, e que o artigo 213 **permite que os recursos destinados às escolas públicas sejam dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, que comprovem a finalidade não lucrativa e que apliquem seus excedentes financeiros em educação**” (TC nº 19970/026/91, Rel. Antonio Roque Citadini, DOE 01/05/1992)

Dessa forma, de rigor a inscrição do montante de R\$ 496.677,60 sob a rubrica das despesas municipais com educação. Assim, ao contrário do parecer opinativo exarado pelo E. TCE/SP, conclui-se pelo acolhimento das contas relativas ao ano de 2006, diante da aplicação das receitas relativas aos impostos na educação.



**III.2 – Restos a pagar: apuração equivocada das disponibilidades financeiras municipais – desconsideração do saldo das contas decenciais de 10/01/2007**

Conforme brevemente exposto, o parecer exarado pelo E. TCE/SP esposou o entendimento consignado pela d. auditoria, segundo o qual o valor de R\$ 936.013,53, alusivo aos *restos a pagar* do ensino fundamental, deveria ser glosado. As razões para tanto seriam duas: **(i)** o saldo nas contas-correntes bancárias relativas ao setor da educação seria insuficiente para cobrir a totalidade dos restos a pagar anotados em balanço (R\$ 2.816.689,03) e **(ii)** o total das despesas com educação em janeiro de 2007 (restos presumivelmente pagos em janeiro de 2007) teriam alcançado a quantia de R\$ 1.880.675,50.

O raciocínio acima, porém, não merece prosperar à medida que, quando da apuração de disponibilidade financeira em caixa, foram verificados apenas os saldos das contas correntes municipais na data de 31/12/2006, **deixando-se de considerar o repasse decencial** (transferência entre as outras contas bancárias do Município de Jacareí e as contas da educação) referentes a 10/01/2007.

Tal como se depreende do art. 69, §5º, inciso III, da Lei de Diretrizes e Bases, o cálculo das disponibilidades de caixa das municipalidades deve levar em consideração os *“recursos arrecadados do vigésimo primeiro dia ao final de cada mês, até o décimo dia do mês subsequente”*. Aplicando-se essa regra para o final do exercício, verifica-se que somente em 10/01/2007 é que as contas decenciais do Município refletiam sua verdadeira situação ao final do exercício de 2006.

Contudo, ao invés de aplicar o critério acima, a auditoria utilizou o valor constante das contas decenciais da municipalidade existente em 31/12/2006, em desatenção ao mandamento legal assinalado no parágrafo anterior e desconsiderando 10 dias do prazo previsto em lei.

Em manifestação de agosto de 2008, carreada aos autos do TC nº 3323/026/06, a Municipalidade de Jacareí comprovou documentalmente que os saldos em 31/12/2006 nas contas da educação alcançavam a quantia de R\$ 1.797.139,83, os quais, uma vez somados à transferência decencial ocorrida em



10/01/2007, no importe de R\$ 1.889.326,63, **resultava em uma contingência nas respectivas contas-correntes na ordem de R\$ 3.497.173,53.**

Desse modo, considerando-se a existência de contingência financeira suficiente para cobrir os *restos a pagar* anotados no balanço, **não se sustenta a glosa aplicada pela auditoria**. Corolário lógico, os restos a pagar da educação devem ser considerados para efeitos de aferição das despesas efetivamente incorridas com a educação municipal, ou seja, R\$ 2.816.689,03.

Cumpre realçar, nesse sentido, que a consideração dos restos a pagar enquanto componente dos gastos direcionados à educação nada mais são do que consequência do art. 35, inciso II, da Lei nº 4.320/64:

Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro

(...)

II – as despesas nele legalmente empenhadas

Significa dizer, portanto, que os valores inscritos em restos a pagar foram empenhados no exercício de 2006, de modo que, à toda evidência, deveriam ser contabilizados no âmbito do exercício em comento. Isso porque do empenho se deriva a obrigação de pagamento, vinculando definitivamente o dinheiro público para o cumprimento dos encargos nele estipulados, consoante se extrai do art. 58, da Lei nº 4.320/64.

Logo, o primado da lógica determina que, se o importe de R\$ 2.816.689,03 estava “comprometido” com o ensino em 2006, então é neste exercício que o referido montante deveria ser considerado.

Nesse sentido, cumpre transcrever o paradigmático voto do eminente Conselheiro Edgard Camargo quando do julgamento do TC nº 5594/026/98:

“Em verdade, não apenas a inexistência de comando legal está a dispensar o depósito mas, principalmente, a desnecessidade de efetua-lo, posto ter havido, no caso concreto, empenhamento das despesas com o ensino e





posterior inscrição em restos a pagar (...)

Sabidamente o empenho ratifica a garantia de pagamento assegurada em relação contratual existe entre o Poder Público e seus fornecedores ou prestadores de serviços. Logo, o empenho pressupõe credor certo, ao qual se garantirá o pagamento, desde que cumpridas as condições preestabelecidas, constituindo-se, assim, em prova de que a despesa estava comprometida com o ensino (...) Tenho, portanto, clara a diferença entre o depósito, cuja finalidade é a de preservar, para aplicação posterior, valores cujo recebimento sequer havia sido previsto, e o empenho, ato que vincula dotação de crédito orçamentário para pagamento de obrigação decorrente de lei, contrato, acordo ou ajuste; isto é, com o empenho compromete-se a verba”  
**(TC 5594/026/98, DOE de 29/06/2000)**

Dessa forma, cumpre repisar que, corolário do ordenamento pátrio, todos os valores inscritos em *restos a pagar* devem ser considerados enquanto verba integrante das despesas gastas em educação, **eis que havia suficiente lastro financeiro para quitar o montante de R\$ 2.816.689,03, concluindo-se pela ausência de quaisquer irregularidade nas contas prestadas.**

### **III.3 – Glosas indevidamente aplicadas sob a rubrica de “vencimentos e vantagens fixas”**

Digno de nota, outrossim, é a indevida glosa aplicada pela Fiscalização no importe de R\$ 1.668.612,01, apresentada na planilha do ensino a título de “vencimentos e vantagens fixas”.

Ao contrário do entendimento pretérito da colenda Corte de Contas, o montante acima não versa sobre subvenções sociais, destreladas da educação municipal. Trata-se, isto sim, de despesas com vencimentos e vantagens





fixas de **servidores municipais atuantes na educação pública da** **Municipalidade**, como **professores, especialistas na área da pedagogia e demais apoiadores do ensino**. Esses servidores atuam diretamente nos eixos pertencentes aos Programas "Erê, Crê-Ser", "Projeto Casa da Juventude" e "Projeto Arco-Íris". Por essa razão, injustificável se demonstra a aplicação de glosa pela Fiscalização, acriticamente chancelada pelo parecer que desaprovou as contas da Municipalidade.

Ao contrário, ciosas do papel da educação enquanto vetor precípua de inclusão social, **as despesas incorridas com a implementação dos projetos acima destacados** – que estipulam aulas de reforço escolar com conteúdo específico no campo da matemática, português, redação, ciências sociais e história, em extensão aos horários de permanência escolar no âmbito municipal – **devem ser integralmente consideradas com vistas ao cômputo da verba efetivamente aplicada na educação municipal.**

À toda evidência, a implementação de tais programas demanda a mobilização de novos contingentes de servidores para dar vazão e sequência ao ensino suplementar, de modo que, mais do que claro, todas as despesas inscritas enquanto "vencimentos e vantagens fixas", **não correspondem a simples subvenções sociais**, sem qualquer lastro na educação municipal.

Nos autos do TC nº 3323/026/06 foram juntados, como prova de lisura e pertinência dos gastos discriminados acima, fotos e relatórios de desempenho do corpo discente, denotando a efetiva realização das aulas e a participação das crianças e adolescentes envolvidos nos mencionados Programas de cunho manifestamente educacional.

Não é demais destacar, ainda, que os mencionados projetos objetivam, de forma clara e contundente, o incentivo às crianças e adolescentes para que continuem no ensino formal, de sorte a contribuir para o crescimento da autoestima dos jovens por meio de reforço escolar e aulas de ensino artístico e educação física.

As aulas eram, então, ministradas diariamente, tanto na grade matutina quanto na vespertina, sempre no primeiro horário da rotina de estudos. A avaliação de desempenho se dava de modo individual e personalizado,





atendendo às necessidades particulares de cada estudante, sendo formalizada por meio de boletim informativo fornecido aos pais ou responsáveis pelas crianças.

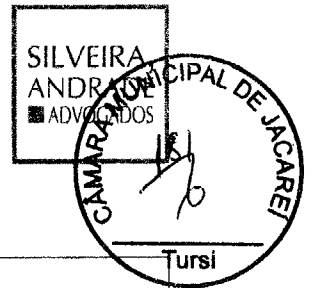
De rigor, portanto, a revisão do entendimento registrado no parecer do E. TCE/SP, fazendo-se necessário, como consequência da primazia da realidade, o cômputo das verbas acima discriminadas na composição dos gastos com educação. Apenas assim seria possível aferir, em termos concretos, os hercúleos esforços envidados pela Municipalidade no ano de 2006 com vistas ao aprimoramento da educação municipal e à integração de crianças, via ensino, incluídos os portadores de necessidades especiais.

#### **IV. CONCLUSÃO E PEDIDO**

Ante todo o exposto, considerando-se os argumentos deduzidos pelo peticionário, necessário se faz o cômputo dos valores indevidamente glosados pelo TCE para a composição final das despesas efetivamente e repassadas ao ensino municipal de Jacareí.

Desse modo, chega-se à conclusão de que os valores aplicados no ensino representam um total de 25,49% das receitas municipais:

<b>Receitas de impostos e transferências</b>	R\$ 188.908.516,46	100%
<b>Despesas do ensino fundamental</b>		
Parecer da ATJ (fls. 425 do TC nº 3323/026/06)	R\$ 26.759.200,60	
Subenções sociais a entidades filantrópicas diretamente envolvidas na educação	R\$ 496.677,60	
Restos a pagar com lastro financeiro	R\$ 936.013,53	
Vencimentos e vantagens fixas referentes a servidores	R\$ 1.668.612,01	



da rede de ensino		
<b>Total do ensino fundamental</b>	<b>R\$ 29.860.503,74</b>	<b>15,8%</b>
<b>Despesas do ensino infantil</b>		
Parecer da ATJ (fls. 425)	R\$ 18.305.976,98	
<b>Total do ensino infantil</b>	<b>R\$ 18.305.976,98</b>	<b>9,69%</b>
<b><u>Total das despesas repassadas ao ensino municipal</u></b>	<b><u>R\$ 48.166.480,72</u></b>	<b><u>25,49%</u></b>

Portanto é de rigor a aprovação das contas municipais no exercício de 2006, resguardando-se eventuais críticas remanescentes apenas à seara das recomendações, uma vez que inexistem razões que possam comprometer a lisura das contas apresentadas no exercício em comento, em especial no que tange à verba destinada à educação no referido exercício.

Nesses termos, pede-se deferimento.

De São Paulo para Jacareí, aos 10 de dezembro de 2018.

**HELIO FREITAS DE CARVALHO DA SILVEIRA**

**OAB/SP 154.003**

  
**MARCELO SANTIAGO DE PADUA ANDRADE**

**OAB/SP 182.596**





PROTOCOLO	Nº 1226	PRO-
DATA	10/12/18	ASS. <i>WV</i>
CAMARA MUNICIPAL DE JACAREI		

**PROCURAÇÃO  
AD JUDICIA ET EXTRA**



Pelo presente instrumento particular, **MARCO AURELIO DE SOUZA**, brasileiro, casado, portador do CPF 034.858.178-56, RG. 7.564.057-0, residente a Rua Caminho do Eucalipto, nº 35 – Bairro Condomínio Lagoinha, Jacareí (SP), nomeia e constitui seus bastantes procuradores os advogados **HÉLIO FREITAS DE CARVALHO DA SILVEIRA, OAB/SP 154.003**, brasileiro, separado; **MARCELO SANTIAGO DE PADUA ANDRADE, OAB/SP 182.596**, brasileiro, casado; integrantes da Sociedade de Advogados **SILVEIRA, ANDRADE - ADVOGADOS**, com registro na **OAB/SP 7873**, todos com escritório na Rua Sampaio Viana n.º 202, conj. 122, Paraíso, São Paulo, telefones e fac-símile (11) 3052-3931 e 3051-6325, endereço eletrônico [sap@sap.adv.br](mailto:sap@sap.adv.br), aos quais outorga amplos e gerais poderes da cláusula *ad judicium et extra*, para o foro e à administração em geral, em qualquer juízo, instância ou tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, podendo, ainda, substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, **poderes especialmente concedidos para atuar nos autos do processo de contas, em trâmite perante a Câmara Municipal de Jacareí.**

São Paulo, 10 de Dezembro de 2018.

  
**MARCO AURELIO DE SOUZA**